

Maria Cristina Cunha, Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff e Sílvia Correia – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 1-5  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2ap](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2ap)

## **Apresentação**

A comemoração dos 50 anos da revolução do 25 de Abril de 1974 explica, em parte, o surgimento deste segundo volume do ano de 2024 da revista História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (IVª Série, vol. 14, nº 2). De facto, enquanto publicação do Departamento de História e Estudos Políticos e Internacionais, não podia deixar de lançar o repto à comunidade científica para refletir sobre aspetos concretos que melhor e mais completamente ajudassem a compreender a evolução desse acontecimento, a um tempo ponto de chegada, e também de partida, de realidades políticas. Não esgotando, por impossibilidade óbvia, a análise do tema “**Revolução de Abril: cinquenta anos depois**”, esperamos que o presente número desta Revista contribua, também ele, para a discussão que se impõe em torno do momento central que constituiu a Revolução do 25 de Abril de 1974.

Os textos que fazem parte do dossiê temático apresentam uma multiplicidade de abordagens em resposta à chamada de artigos oportunamente feita para este número. A eles se referem, mais abaixo, os seus coordenadores Manuel Loff, Ana Sofia Ferreira e Sílvia Correia, a quem aproveito, em nome da Direção da Revista para agradecer o trabalho desenvolvido. Por razões diversas, este número da Revista não inclui estudos fora do dossier temático.

Como habitualmente, este número deve-se, fundamentalmente, aos autores e aos revisores que leram atentamente, sugeriram e contribuíram para o apuramento dos textos finais. Para eles vão, mais uma vez, os nossos penhorados agradecimentos.

Finalmente, mas não menos importante, cumpre-nos realçar todo o trabalho desenvolvido pela investigadora Doutora Carla Sequeira, que mais uma vez conosco colaborou, constituindo uma *interface* fundamental entre os autores dos estudos, os revisores dos textos e a comissão editorial. Não há palavras suficientes para lhe agradecer toda a dedicação e empenho.

Cristina Cunha

(Direção)

## **Revolução de Abril: cinquenta anos depois**

A organização deste dossiê temático pretende assinalar 50 anos da Revolução de Abril. Ao contrário da maioria dos processos de democratização que lhe são contemporâneos, desde a Grécia e a Espanha até à América Latina, o fim da ditadura em Portugal não se deu através de uma transição, mais ou menos pactuada, entre as elites dirigentes e as oposicionistas, mas de uma Revolução, que pôs fim a um regime autoritário e corporativo, que acabou com ilusões imperiais e com a opressão social e política e abriu as portas à participação cívica, social e política dos portugueses.

No sentido de aprofundar o estado da arte sobre o tema, apresentamos uma série de artigos que ajudam a compreender a complexidade do processo histórico em causa. Indo além das abordagens *top-down*, entendemos que as investigações apresentadas contribuirão para sedimentar a perspetiva que entende a revolução como um movimento de base que revoluciona a sociedade, ganha forma articulando uma grande variedade de movimentos populares de base e inaugura uma rutura com a longa ditadura. Assim, os artigos que integram este dossiê ocupam-se fundamentalmente das ramificações da experiência revolucionária e do(s) seu(s) significado(s) a nível nacional e internacional, dos movimentos sociais e políticos que permitiram concretizar o seu impacto nas mentalidades e na cultura.

Ana Isabel Moreira e Pedro Duarte, no artigo “50 anos depois, que História se aprende na escola? Para um estudo de caso sobre a memória da Revolução de Abril”, analisam as atividades realizadas nas escolas públicas de um município do norte de Portugal, para assinalar as comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril, procurando compreender as estratégias pedagógicas e curriculares que foram adotadas. Os autores verificaram que as escolas integraram as comemorações do 25 de Abril no seu plano curricular, envolvendo crianças de diferentes níveis educativos e a comunidade mais alargada, e orientaram as suas atividades para a consciencialização de que a Revolução de Abril foi um momento de relevância histórica e política, como um momento fundador da democracia portuguesa.

Maria Cristina Cunha, Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff e Sílvia Correia – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 1-5  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2ap](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2ap)

Por sua vez, o artigo de Bruno Madeira sobre “O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)”, mostra como se organizou a luta pelo direito à habitação e à cidade dos moradores pobres da cidade do Porto, através da análise da história do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto. O autor enquadra o aparecimento deste organismo no momento de maior dinamismo das mobilizações populares durante a Revolução, observa a sua estreita ligação com o SAAL/Norte e a relação de tensão e hostilidade com a Câmara Municipal do Porto, e examina as várias ações de luta que o CRMP promoveu e apoiou até ao momento de recuo da sua capacidade de mobilização e reivindicação após o 25 de novembro de 1975, quando o projeto político baseado nas estruturas de poder popular é derrotado.

O artigo de Gil Ribeiro, intitulado “Madrugada das Canções dos Cravos: os Festivais RTP da Canção de 1974 e 1975”, procura avaliar os debates em torno da música popular, entendendo o Festival RTP da Canção como um palco possível desta, como elemento capitalizador de uma luta revolucionária. Ribeiro procura, assim, perspetivar o campo da cultura como espaço de ação política.

O artigo de Nsambu Vicente traz um importante contributo para este dossiê, muito particularmente por se dedicar à luta anticolonial protagonizada por mulheres. Procurando traçar o perfil pessoal e político da militante da UPA/FNLA Cipriana Kawawa, Nsambu Vicente oferece-nos uma história da complexidade de redes de ação que perpassam a luta pela independência em Angola.

Patrícia Freitas traz um contributo muito interessante para o estudo de uma das atitudes políticas que mais mobilizou a opinião conservadora e antirrevolucionária do Portugal dos anos da Revolução: o anticomunismo. No seu estudo sobre as “Representações do comunismo internacional na imprensa diocesana no processo revolucionário português (1974-76)”, a autora trabalhou um semanário católico propriedade (e porta-voz) da Diocese de Viseu, uma das regiões do país onde foi maior o impacto da “fúria anticomunista” do chamado “Verão Quente” de 1975, a qual, segundo Freitas, “não deve ser interpretada sem ter em consideração a sua prática ideológica ao nível da doutrinação cristã” levada a cabo naqueles anos pela hierarquia católica. A autora procura documentar o “processo de construção do inimigo [comunista] discursivamente

Maria Cristina Cunha, Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff e Sílvia Correia – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 1-5  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2ap](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2ap)

trabalhado e representado” na imprensa da Igreja, procurando descortinar a sua relação com os “mecanismos sociopsicológicos de difusão do anticomunismo”.

Flamarion Maués retoma no artigo “Coleções e obras sobre História de Portugal após o 25 de Abril: política e ação editorial” o tratamento que vem fazendo desde há alguns anos sobre a edição política durante a Revolução Portuguesa. Nesta abordagem, Maués trata um conjunto muito amplo de publicações que, centradas na experiência histórica da ditadura e em temas e memórias até então proibidos ou alvos da censura, fizeram parte de “um grande movimento cultural, intelectual e político” de, acredita o autor, “renovação das formas como os portugueses passaram a reinterpretar a sua história” coletiva.

Soraia Oliveira procura, no texto "Só se liberta quem se instrui: educação como formação política no Sindicato do Serviço Doméstico", ressaltar a centralidade do movimento sindical na formação política das mulheres. Analisando as ações educativas desenvolvidas no quadro do Sindicato do Serviço Doméstico, a autora destaca a relevância do método de Paulo Freire na prática educativa da organização, permitindo não só a alfabetização dos membros, mas também a sua integração ao conjunto da ação política. Enfim, a autora demonstra, pela análise dos materiais de instrução mobilizados pelo Sindicato, a aplicação da proposta educativa freiriana como forma de libertação da opressão a que estão sujeitas estas trabalhadoras.

Fora do âmbito cronológico abarcado por este dossiê e pelo contexto histórico geral que nele se discute, acolhemos nele um artigo de Arturo Zoffmann, intitulado “«O ambiente para o fascismo existe no nosso país»: os comunistas e o ascenso da ditadura em Portugal, 1921-1927”, no qual o autor retoma uma das velhas discussões sobre a ação política do PCP num ciclo histórico muito particular: o da crise do sistema liberal em Portugal. Zoffmann contraria o que descreve como a “visão generalizada na historiografia sobre as «confusões» e a «imaturidade» do PCP” nos seus primeiros anos de existência, entendendo que, ao “previr[e]m o colapso da democracia, abalada pela crise do pós-guerra”, os comunistas terão sido “capaz[es] de desenvolver uma análise bastante sofisticada da realidade portuguesa”, o que, nos anos imediatamente anteriores ao golpe do 28 de Maio de 1926, não terá sido o caso da maioria forças políticas e sociais.

Maria Cristina Cunha, Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff e Sílvia Correia – *Apresentação*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 1-5  
DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_2ap](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2ap)

Cinquenta anos depois, o 25 de Abril e o processo revolucionário continuam a ser objeto de discussão e debate no seio das ciências sociais e humanas. Este dossiê reúne propostas inovadoras que evidenciam vias abertas de uma investigação da história contemporânea de Portugal que ainda precisa ser feita.

Ana Sofia Ferreira, Manuel Loff e Sílvia Correia  
(Coordenação do Dossiê Temático)

Porto, Dezembro 2024